ISSN: 2358-8829

O USO DOS JOGOS PEDAGÓGICOS NAS PRÁTICAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Welita Gomes de Almeida [1]
Ana Lúcia Vendel [2]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação inclusiva tem se consolidado como um dos pilares fundamentais das políticas públicas educacionais, especialmente após a promulgação de documentos que asseguram o direito de todos à educação, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (2025). Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha papel central na implementação de práticas que favoreçam o acesso, a permanência e o desenvolvimento de estudantes com deficiência nas escolas regulares e nas instituições de ensino especializadas. Dentre as diversas estratégias pedagógicas adotadas, o uso de jogos acessíveis ganha destaque por possibilitar a construção do conhecimento de forma lúdica, interativa e significativa, considerando o ritmo e as particularidades de cada estudante.

Apesar dos avanços, observa-se que muitos professores ainda enfrentam dificuldades na utilização dos jogos como instrumentos mediadores no processo educativo, sobretudo quando se trata de estudantes com deficiência intelectual. As limitações não estão restritas à falta de recursos, mas sim à carência de formação específica e de reflexão crítica sobre o potencial pedagógico dos jogos no contexto inclusivo. De modo que emerge a necessidade de investigar como os docentes compreendem e utilizam esses recursos no cotidiano do AEE, buscando compreender as concepções que orientam suas práticas.

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educaçaõ Inclusiva em Rede Nacional da Universidade Estadual - PB, welita.almeida.uepb.t5@gmail.com ;
[2] Professora Orientadora: Doutora, Universidade Estadual - PB, analuciavendel@servidor.uepb.edu.br ;

Diante desse cenário, a pergunta que norteia este estudo é: Quais as concepções dos professores do Atendimento Educacional Especializado sobre o uso de jogos pedagógicos como recurso de mediação da aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual?

A pesquisa em andamento, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/UEPB), tem como objetivo investigar as concepções de professores sobre o uso de jogos acessíveis como recurso pedagógico no AEE para estudantes com deficiência intelectual. O estudo se situa na linha de pesquisa "Formação Docente, Currículo e Práticas Pedagógicas Inclusivas". De forma mais específica, o estudo busca:

. Analisar as atribuições do Atendimento Educacional Especializado no processo de escolarização de estudantes com deficiência intelectual.

. Discutir as contribuições da prática mediada por jogos pedagógicos para a aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual.

. Compreender as concepções dos professores do AEE acerca do uso de jogos pedagógicos na mediação da aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual.

. Desenvolver um recurso educacional composto por jogos pedagógicos, visando a prática de mediação da aprendizagem no AEE e em contextos de educação inclusiva.

A metodologia utilizada caracteriza-se como pesquisa de campo de caráter qualitativo e descritivo. O estudo fundamenta-se na teoria histórico-cultural de Vygotsky (1991) e na teoria da experiência de aprendizagem mediada (Feuerstein, Feuerstein, Falik, 2014), articuladas à abordagem social da deficiência (Diniz, 2007).

Investigar esse tema é relevante tanto do ponto de vista científico, quanto social e educacional, uma vez que a compreensão das concepções docentes pode subsidiar ações de formação continuada, de desenvolvimento de materiais acessíveis e a consolidação de práticas pedagógicas mais inclusivas, seja no contexto do AEE ou nas salas comuns do ensino regular. Além disso, discutir o uso dos jogos como recurso de acessibilidade contribui para ampliar a visão de ensino-aprendizagem como processo interativo, mediado e socialmente construído.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa justifica-se pelas contribuições das investigações na área da Educação Especial, em especial no âmbito do PROFEI, linha de pesquisa Formação Docente, Currículo e Práticas Pedagógicas Inclusivas. E por

apresentar um recurso educacional que pode contribuir diretamente com contexto de atuação da pesquisadora.

METODOLOGIA

A opção metodológica está baseada na abordagem qualitativa, a qual valoriza a compreensão dos significados e das experiências vividas, buscando interpretar os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes. Conforme Dourado e Ribeiro (2023), “ela permite aos pesquisadores revelarem não só visões e percepções de mundo elaboradas pelos sujeitos pesquisados, mas também as teorias desses sujeitos sobre o mundo”.

Quanto aos objetivos, pode ser caracterizada como estudo descritivo, que busca “estudar as características de um grupo, levantamento de opiniões, atitudes e crenças, associações entre variáveis" (Gil, 2002). Com referência à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto de estudo, foi utilizada a Pesquisa de Campo, que de acordo com Silveira e Córdova (2009) caracteriza-se pela pesquisa bibliográfica e/ou documental, e a coleta de dados junto a pessoas.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da Rede Estadual de Educação da Paraíba: Escola Estadual de Educação Especial Ana Paula Ribeiro Barbosa Lira, a qual integra a 1ª Gerência Regional de Educação, localizada no município de João Pessoa. Participaram do estudo 12 (doze) professores que atuam na escola campo da pesquisa. Para a realização da pesquisa, foram empregues os seguintes procedimentos: pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; e pesquisa de campo.

O instrumento utilizado foi questionário como técnica de coleta de dados. o questionário da pesquisa foi organizado em questões fechadas, com perguntas e respostas diretas; algumas questões semiabertas as quais apresentam opções de respostas e abrem possibilidades para outras respostas que não aparecem no questionário; e as questões abertas referentes às concepções dos professores sobre as práticas de mediação com os jogos pedagógicos no Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência intelectual.

O tratamento dos dados compreenderá análise descritiva das questões fechadas e análise temática de conteúdo das questões abertas. Até o momento, foram concluídas as etapas de revisão da literatura, fundamentação teórica e coleta dos dados. Os dados

coletados encontram-se em fase de organização para posterior análise, discussão e interpretação, sendo apresentados, neste artigo, resultados parciais sobre o recurso educacional, o qual emergiu das demandas identificadas no contexto da pesquisa e das necessidades apontadas pelos professores participantes, com a finalidade de favorecer experiências de aprendizagem mediada, para estudantes com deficiência intelectual.

A presente pesquisa foi desenvolvida considerando os princípios éticos que orientam estudos envolvendo seres humanos, em conformidade com a Resolução nº 466 de 2012 e/ou Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba, sob o parecer nº 8.125.919 de 19 de janeiro de 2026.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base conceitual desta pesquisa está fundamentada na articulação entre a Teoria Histórico-Cultural, de Vygotsky (1991), a Teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada, proposta por Feuerstein, Feuerstein e Falik (2014), e a abordagem social da deficiência, discutida por Diniz (2007). A perspectiva histórico-cultural compreende a aprendizagem e o desenvolvimento como processos constituídos nas relações sociais e mediados pela linguagem, pela cultura e pela interação com o outro.

De modo complementar, a teoria de Feuerstein (2014) enfatiza a importância da mediação intencional na construção de conhecimentos e no desenvolvimento das capacidades cognitivas do sujeito, ressaltando a importãncia do papel do mediador nas experiÊncias de aprendizagem. A abordagem social da deficiência, por sua vez, contribui para compreender que as experiências e as possibilidades de participação das pessoas com deficiência não podem ser analisadas exclusivamente a partir de suas características individuais, sendo necessário considerar também as barreiras presentes nos contextos sociais e educacionais. Articuladas, essas perspectivas fundamentam a compreensão dos jogos pedagógicos como recursos que, associados à intencionalidade docente e à mediação da aprendizagem, podem favorecer o desenvolvimento, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em breve revisão da literatura buscou-se compreender os conceitos de Inclusão Social, Educação Inclusiva, Educação Especial e Inclusão Escolar, frequentemente usados de maneira indistinta no cenário educacional, mas que, por sua vez, representam categorias epistemológicas, pedagógicas e políticas diferentes que precisam ser compreendidas para que ocorram avanços em aspectos teóricos e práticos da pesquisa.

A abordagem inicial se refere ao conceito de Inclusão Social como paradigma que pode ser aplicado aos variados espaços físicos e simbólicos, para além da educação e espaço escolar. Segundo Camargo (2017) a inclusão "É uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na cultura...", ou seja, contextos sociais inclusivos, considerando as diferenças e individualidades das pessoas. A abordagem de Inclusão compreende as diferenças e identidades do ponto de vista social, onde os grupos de pessoas não agem passivamente, mas assumem papéis ativos em diferentes contextos sociais.

Do ponto de vista do paradigma da inclusão, todas as pessoas precisam acessar os seus direitos, espaços, recursos e, para tanto, não faz sentido a acessibilidades ou prática inclusiva apenas na escola. As pessoas vivenciam rotinas em espaços e atividades diferentes, e "todas" essas vivências são consideradas a partir do modelo de inclusão como paradigma.

O segundo conceito em discussão refere-se a "Educação Inclusiva", este compreendido dentro de perspectiva política e social, referente ao processo Educacional, formativo, e destinada à todos os alunos, principalmente, os grupos excluídos historicamente do processo educacional. A Educação Inclusiva se constitui como movimento político importante porque se fundamenta na concepção de Direitos Humanos, a qual conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis (Brasil, 2008, p. 1). E essa proposta política educacional propõe uma reestruturação do sistema educacional com o objetivo de promover a equidade para todos os alunos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

As práticas de Educação Inclusiva podem ser vistas como oportunidades de acesso à Educação, sobretudo, considerando o contexto educacional brasileiro que tem reproduzido historicamente uma educação excludente, não somente para as pessoas com deficiência, mas aos grupos sociais que não atendiam aos padrões e normas impostos na sociedade. Podemos ressaltar com base em Camargo (2017), que a perspectiva da Educação Inclusiva baseia-se no DUA (Desenho Universal da Aprendizagem) que leva

em conta os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem nas práticas educativas e busca responder às necessidades individuais e diferentes.

O terceiro conceito a ser apresentado diz respeito a Educação Especial, que é caracterizada pelos documentos oficiais e a política Educacional como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino da Educação, responsável por organizar e ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público da Educação Especial, compreendendo pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2008). Essa modalidade disponibiliza recursos, serviços e estratégias pedagógicas que visam eliminar barreiras e favorecer o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem desses estudantes no ensino comum.

No âmbito da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a Educação Especial é compreendida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, devendo assegurar recursos e serviços especializados para apoiar o processo de escolarização dos estudantes público da Educação Especial.

No contexto brasileiro, a orientação para o Atendimento Educacional Especializado de preferência na rede regular de ensino foi expressa a partir da Constituição Federal de 1988. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) também vai enfatizar o serviço de apoio especializado na escola regular. E a partir do ano 2000, são estabelecidas algumas leis, decretos e resoluções com o objetivo de promover a ampliação do público da Educação Especial nas instituições regulares de ensino.

Em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) descreve o objetivo da Educação Especial como “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares”. Essa é a concepção que vai orientar os sistemas de ensino a ofertar educação para todos nas classes regulares e o atendimento educacional especializado no contra turno.

Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025 e o Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Estes reafirmam a Educação Especial como modalidade transversal e a oferta do Atendimento Educacional Especializado em

todos os níveis e modalidades de ensino. Estes referenciais enfatizam que o AEE deve estar articulado ao ensino comum e destacam a importância do plano de desenvolvimento educacional individualizado, atualmente denominado PEI (Brasil, 2025).

Diante da fundamentação apresentada, compreende-se que os jogos pedagógicos, quando intencionalmente planejados e mediados pelo professor, podem constituir importantes recursos para favorecer a aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual no contexto do Atendimento Educacional Especializado. Sua utilização, contudo, não se reduz à escolha do jogo ou à realização da atividade, mas envolve a definição de objetivos, a organização das estratégias de mediação e a consideração das potencialidades de cada estudante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados abrangem levantamento bibliográfico realizado segundo os critérios: recorte temporal de 2020 a 2026 e buscas em diferentes bases de dados. No Google Acadêmico e no Portal de Periódicos CAPES foram utilizados os termos de busca “Atendimento Educacional Especializado”, “Deficiência Intelectual”, “Jogos pedagógicos” e “Mediação”, empregados tanto de forma isolada, quanto combinada. Nas buscas combinadas, utilizou-se o operador booleano AND, com o objetivo de identificar produções que apresentassem aproximações entre os diferentes eixos temáticos da pesquisa. No Portal de periódicos CAPES o recorte temporal adotado para todas as buscas foi de 2020 a 2026. Nas diferentes combinações dos termos de busca, contudo, os resultados recuperados apresentaram publicações apenas em determinados anos desse intervalo, sendo identificados, trabalhos publicados entre 2020 e 2023 ou entre 2020 e 2024. As buscas realizadas são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1: Busca em bases de dados

Base	Termos de Busca	Recorte temporal aplicado	Período das publicações recuperadas	Resultados	Selecionados
CAPES	“Atendimento Educacional Especializado” AND “Deficiência Intelectual”	2020-2026	2020-2026	64	3

CAPES	“Atendimento Educacional Especializado” AND jogos	2020-2026	2020-2024	24	0
CAPES	“Atendimento Educacional Especializado” AND “Deficiência Intelectual” AND jogos	2020-2026	2020-2023	2	0
CAPES	“Atendimento Educacional Especializado” AND “Deficiência Intelectual” AND jogos AND mediação	2020-2026	-	0	0
Google Acadêmico	“Atendimento Educacional Especializado” AND “Deficiência Intelectual” AND jogos AND mediação	2020-2026	2020-2026	419	4

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Também foi consultado o Repositório da Pós-Graduação *stricto sensu* da UEPB/PROFEI, considerando as produções relacionadas às temáticas que compõem o objeto desta pesquisa. O levantamento realizado neste repositório identificou, inicialmente, um conjunto de 23 (vinte e três) dissertações produzidas no período de 2024 2026. Dentre essas produções, foram identificadas 6 (seis) dissertações que abordavam a temática da deficiência intelectual. Os trabalhos identificados no programa abordavam a deficiência intelectual em diferentes perspectivas, relacionadas à flexibilização curricular, aos jogos digitais, ao letramento, à alfabetização e à avaliação.

O levantamento bibliográfico realizado evidencia a existência de produção acadêmica relacionada ao Atendimento Educacional Especializado e à deficiência intelectual, bem como estudos que abordam o uso de jogos em diferentes contextos educacionais. Entretanto, observa-se que a articulação entre Atendimento Educacional Especializado, deficiência intelectual, jogos pedagógicos e mediação da aprendizagem apresenta menor recorrência o conjunto das produções analisadas, especialmente quando esses elementos são considerados de forma integrada.

No Portal de Periódicos CAPES, a busca combinando os quatro termos não identificou trabalhos no recorte consultado, enquanto, no Google Acadêmico, apesar da recuperação de um número expressivo de resultados, os estudos selecionados concentraram-se principalmente em temáticas como jogos digitais, Educação Matemática, formação de professores, Educação de Jovens e Adultos e Salas de Recursos Multifuncionais.

Esse cenário evidencia uma lacuna relacionada à necessidade de ampliar a compreensão sobre a utilização de jogos pedagógicos no contexto do Atendimento Educacional Especializado, tomando como foco as concepções dos professores que atuam nesse serviço, o que os norteia e lhes dá embasamento e segurança para ampliar o uso de jogos pedagógicos com objetivo definido e contextualizado com o conhecimento a ser transmitido.

Além dos dados do levantamento bibliográfico, a pesquisa de campo apresenta dados iniciais referentes as demandas apresentadas pelos professores do AEE quanto ao recurso educacional. De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) o recurso educacional constitui-se como parte integrante do curso de Mestrado Profissional na Educação. Portanto, nesse sentido, os recursos educacionais visam contribuir na construção do conhecimento a partir do contexto e das práticas de atuação do professor em exercício.

Os resultados sobre o recurso foram coletados a partir de questionário aplicado aos professores do AEE e permitem identificar os formatos de materiais considerados mais úteis quanto às características esperadas para os jogos pedagógicos, com vistas ao desenvolvimento de estudantes com deficiência intelectual. Analisou-se uma das principais questões que definem o objeto do estudo: “Que tipo de recurso educacional seria mais útil para apoiar sua prática no AEE com estudantes com deficiência intelectual?”

Os resultados evidenciam uma preferência por recursos que possam ser utilizados de forma prática, estruturada e diretamente relacionada às necessidades dos estudantes com deficiência intelectual. Entre as opções apresentadas, destacou-se o instrumento para avaliação, indicado por 10 dos 12 participantes (83,3%). Na sequência, kit de jogos pedagógicos, sequências didáticas com jogos, banco de atividades e jogos e curso de formação continuada foram apontados por oito participantes (66,7%), enquanto a plataforma digital com sugestões foi indicada por sete (58,3%). O manual com orientações para a prática foi selecionado por cinco participantes (41,7%). Esses resultados indicam que os professores valorizam não apenas o recurso pedagógico “jogo”, mas também materiais que possam orientar a avaliação das práticas desenvolvidas como jogos no AEE.

Alguns autores discutem a dimensão educativa do jogo (Moura, 2001; Mrech, 2001) e sinalizam para utilização em práticas escolares. Segundo Moura (2001) “a importância

do jogo está nas possibilidades de aproximar a criança do conhecimento científico", através da vivência de problemas que possibilitem a utilização de conhecimentos prévios para a construção de conhecimentos mais elaborados. Outro ponto relevante é apresentado por Mrech (2001) com relação ao jogo enquanto objeto estruturador do conhecimento e do saber. A autora argumenta que o jogo não é um objeto que traz um saber pronto e acabado, embora reconheça que este possui uma carga de saber potencial. Este saber contido no jogo pode ser ou não ativado pelo estudante ou a pessoa envolvida na interação com o jogo.

Considerando os estudantes com deficiência intelectual e sua relação com o jogo enquanto recurso pedagógico, um estudo realizado por Rosa e Cristofoleti (2025) reconhece os estudantes com deficiência como sujeitos que apresentam ritmos e tempos de aprendizagem diferentes, o que remete a selecionar e/ou elaborar jogos pedagógicos que considerem "os processos individuais de aprendizagem" e seus campos de interesse. Esta pesquisa também defende a necessidade de assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades dos estudantes público da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no aporte teórico, em documentos oficiais que normatizam a Educação Especial no Brasil e em dados provenientes desta pesquisa, fica evidente a relevância de jogos pedagógicos acessíveis para o estímulo das habilidades cognitivas e socioafetivas dos estudantes com deficiência intelectual. Verifica-se que esses recursos contribuem para a redução de barreiras pedagógicas, promovendo acessibilidade funcional e impacto positivo no processo de aprendizagem, ao favorecer a participação ativa e o desenvolvimento integral dos educandos. Os resultados parciais também evidenciam que o uso dos jogos por si só, não garante o desenvolvimento dos estudantes com deficiência intelectual, sendo fundamental a mediação da aprendizagem, envolvendo ações previamente preparadas pelo mediador, ainda propensas à modificações, em especial, às atividades práticas do AEE.

O estudo avança no sentido de contribuir ao fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas, para a ampliação da formação docente e para a valorização do

jogo como recurso de acessibilidade no processo educativo. Do ponto de vista acadêmico, o estudo colabora com o avanço das investigações na área da Educação Especial, em especial no que se refere às práticas e processos formativos de educadores para a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces.** Ciênc. educ., Bauru, SP, v. 23, n. 1, Jan.-Mar. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq. Acesso em: 30 ago. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOURADO, Simone; RIBEIRO, Ednaldo. Metodologia qualitativa e quantitativa. In: MAGALHÃES Júnior, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. Ponta Grossa – PR: Atena, 2023. p. 12-30.

FEUERSTEIN, R.; FEUERSTEIN, R. S.; FALIK, L. **Além da inteligência: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro.** Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1kONlG_KbxIqlgxo6Ff1EsN9kCFaQqv_f/view?usp=sharing. Acesso em: 09 jun. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em: 04 fev. 2025.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A séria busca no jogo: do lúdico na Matemática. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo, Pioneira, 1994. p. 73-88.

MRECH, Leny Magalhães. O uso do brinquedo e jogos na intervenção psicopedagógica de crianças com necessidades especiais. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo, Pioneira, 1994. p. 109-131.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: 04 fev. 2025.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Organizadores: Michael Cole et al. Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.